

IESS

INSTITUTO DE ESTUDOS
DE SAÚDE SUPLEMENTAR

Conjuntura - Saúde Suplementar

28ª Edição - Setembro 2015

SUMÁRIO

Conjuntura - Saúde Suplementar

Seção Especial	3
Nível de Atividade	4
Emprego	5
Emprego direto em planos de saúde	6
Renda	6
Inflação	7
Câmbio	8
Mercado de Juros e Crédito	9

Seção Especial

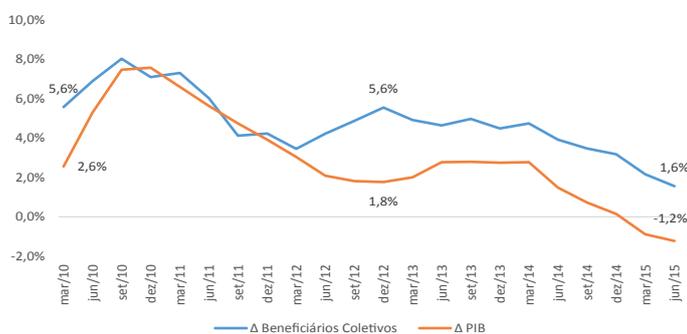
O setor de saúde suplementar e a geração de empregos formais diretos

O SETOR DE SAÚDE SUPLEMENTAR

A desaceleração observada no setor de saúde suplementar nos últimos trimestres está relacionada ao baixo desempenho da economia brasileira nesse período. O Gráfico 1 apresenta a variação acumulada do PIB no ano em relação ao trimestre do ano anterior e o número de beneficiários de planos coletivos.

Observa-se que, de 2010 a 2015, houve uma perda de 4 pontos percentuais no crescimento dos planos coletivos, ao passo que o PIB apresentou uma queda de 3,8 pontos percentuais.

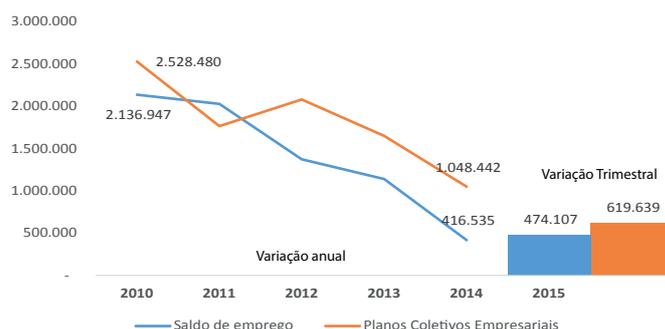
GRÁFICO 1: VARIAÇÃO ACUMULADA DO PIB E VARIAÇÃO DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DE PLANOS COLETIVOS - TRIMESTRALMENTE DE 2010 A 2015



Fonte: ANS e IBGE

Durante o período de 5 anos analisados no gráfico 1, nota-se que a tendência de desaceleração da economia tem se refletido fielmente na variação de beneficiários de planos coletivos. Isso ocorre, pois o desempenho do número de beneficiário desses planos está vinculado ao crescimento de postos de trabalho, como apresentado no Gráfico 2.

GRÁFICO 2: VARIAÇÃO ANUAL E TRIMESTRAL ABSOLUTA DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS EM PLANOS COLETIVOS EMPRESARIAIS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SALDO DE EMPREGOS FORMAIS, 2010 A 2015.



Fonte: CAGED e ANS

No período de 2010 a 2015, observa-se uma queda tanto do saldo de emprego quanto da aquisição de novos planos de saúde coletivos empresariais (Gráfico 2).

Os planos coletivos são ofertados como forma de benefício. Logo, uma queda no saldo de emprego ou mesmo um saldo negativo há impacto direto no incremento de novos beneficiários aos planos de saúde.

O cenário apresentado no Gráfico 2 reflete o período de desaceleração econômica pelo qual o país vem passando, o qual impacta o mercado de trabalho e, conseqüentemente, que impacta diretamente no mercado de planos coletivos.

NÍVEL DE ATIVIDADE

No 2ºtri/15, o PIB teve redução de -1,8% em comparação ao 1ºtri/15. Na comparação de 12 meses o decréscimo foi de -2,6%, a quinta variação negativa consecutiva. Nessa mesma comparação, apenas o setor de Agricultura apresentou desempenho positivo, que foi de 1,8%, como já havia ocorrido no trimestre anterior. A indústria apresentou desempenho negativo de -5,2%, sendo esse o quinto índice negativo seguido desse setor no acumulado em 12 meses. O setor de Serviços apresentou o seu terceiro decréscimo na série histórica, de -1,4%.

O desempenho negativo da Indústria é decorrente, principalmente, do decréscimo dos seguintes subsetores¹: Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (-4,7%) e de Transformação (-8,3%).

No setor de Serviços, a queda no 2ºtri/15 foi puxada pelo Comércio com queda de 7,2%, Transporte (-6,0%), outros serviços (-1,9%). Já os subsetores de Atividades imobiliárias e de Serviços de informação cresceram 2,8% e 0,5%, respectivamente.

O consumo do governo e das famílias apresentaram desempenho negativo na comparação de 12 meses, com queda de 1,1% e 2,7%, respectivamente. Destaca-se que a queda no Consumo das Famílias foi a segunda consecutiva na comparação de 12 meses.

A formação bruta de capital fixo (FBCF) apresentou taxa de crescimento em 12 meses negativa pelo quarto trimestre consecutivo (-12,3% no 2ºtri/15), o que resultou numa taxa de investimento de 17,8% do PIB. Essa proporção é inferior à observada no 2ºtri/14 (19,5%).

TABELA 1 – CONTAS NACIONAIS – CRESCIMENTO ACUMULADO EM 12 MESES

	VARIÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES (%)		
	2º TRI./14	1º TRI./15	2º TRI./15
PRODUTO INTERNO BRUTO	-1,2	-1,6	-2,6
AGROPECUÁRIA	-1,5	4,0	1,8
INDÚSTRIA	-3,6	-2,9	-5,2
SERVIÇOS	-0,2	-1,2	-1,4
CONSUMO DAS FAMÍLIAS	0,2	-0,9	-2,7
CONSUMO DO GOVERNO	1,5	-1,5	-1,1
FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO	-6,2	-7,3	-12,3
<i>TAXA DE INVESTIMENTO, PIB %</i>	19,5	19,7	17,8

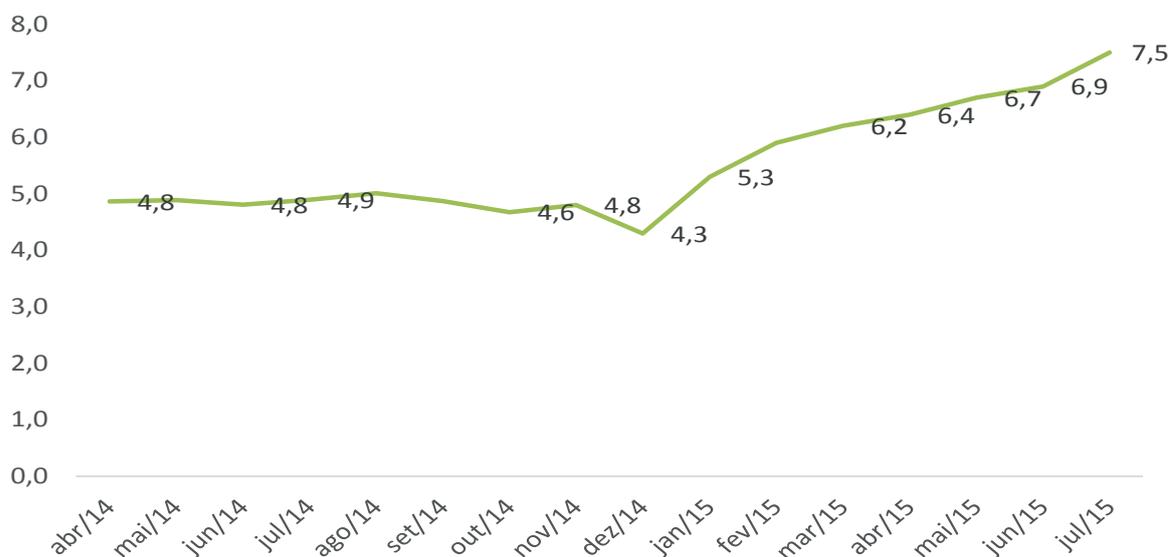
Fonte: Contas Nacionais Trimestrais/IBGE.

¹ <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2897&busca=1&t=pib-recua-0-2-chega-r-1-408-trilhao-1%C2%BA-trimestre-2015>

EMPREGO

A taxa de desemprego calculada pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME)¹, na qual são consideradas as seis regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa, atingiu 7,5% em julho/2015 (4,9% no mesmo mês de 2014). Em abril de 2014, a taxa de desemprego apresentou uma taxa inferior ao julho de 2015, sendo de 4,8%. Em Dez/2014, foi a menor taxa do período de 4,3%, após esse período apresentou tendência de aumento, elevando-se para 7,5% em julho/2015, um aumento de 3,2 pontos percentuais.

GRÁFICO 3 – TAXA DE DESEMPREGO CALCULADA PELA PESQUISA MENSAL DO EMPREGO (PME) – ABRIL DE 2014 A JULHO DE 2015



Fonte: CAGED/MTE.

A população ocupada tem decrescido continuamente desde jul/14, sendo que, e em jul/15, a queda foi de 0,9%. Também houve decréscimos no número de empregados com carteira assinada (-3,0%) e sem carteira assinada (-1,8%) para o mesmo período. (Tabela 2).

Com relação à entrada e à saída de pessoas no mercado de trabalho, a economia do país apresentou, de acordo com o Cadastro Geral

de Empregados e Desempregados (Caged), um saldo negativo de 310.475 mil postos no 2º tri/15. Os setores que contribuíram para o saldo negativo foram: Indústria (184.085 mil demissões líquidas), Construção Civil (80.409 mil demissões líquidas), Serviços (71.882 mil demissões líquidas) e Comércio (62.120 mil demissões líquidas). A Agropecuária foi o único setor a apresentar desempenho positivo (88.021 mil admissões líquidas).

¹ Taxa de desocupação na semana de referência - é o percentual de pessoas desocupadas na semana de referência em relação às pessoas economicamente ativas essa semana. As Regiões Metropolitanas são: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre

TABELA 2 - EMPREGO (REGIÃO METROPOLITANAS), JULHO DE 2014 E JULHO DE 2015

EMPREGO - (REGIÕES METROPOLITANAS)	JULHO/14	JULHO/15	VARIAÇÃO ANUAL (%)
POPULAÇÃO OCUPADA (EM MIL PESSOAS)	22.961	22.755	-0,9
EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA (EM MIL PESSOAS)	12.646	12.262	-3,0
EMPREGADOS SEM CARTEIRA ASSINADA (EM MIL PESSOAS)	3.113	3.056	-1,8
EMPREGADOS NO SETOR PÚBLICO (EM MIL PESSOAS)	1.816	2.003	10,3

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego

EMPREGOS DIRETOS EM PLANOS DE SAÚDE

O setor de saúde suplementar gera inúmeros empregos todos os anos direta ou indiretamente. Contudo, não é possível analisar o total de empregos gerados devido às dificuldades de se estimar o número de empregos indiretos. Mesmo assim, o número de empregos diretos gerados pelos planos de saúde pode dar uma ideia da dinâmica do mercado de trabalho do setor.

Os planos e seguros de saúde (Cnae 2.1 - 6550-2 e 6520-1, respectivamente) geraram, no 2ºtri/15, 7.251 novos postos de trabalho formais e desligaram 5.710 empregados, o que resultou num saldo positivo de 1.541 vagas formais. A variação anual de empregos para o 2ºtri/15 foi negativa em 3,3%. No mesmo trimestre, em 2014, a variação anual de emprego foi positiva em 19,0%.

RENDA

O rendimento médio real da população ocupada, medido pela PME/IBGE, apresentou taxa de crescimento negativa em 12 meses de 2,3% em julho/2015 (Tabela 4), a primeira taxa negativa desde 2010. O valor real do rendimento médio das pessoas ocupadas em julho/2015 foi de R\$ 2.170,70. A categoria de trabalhadores que teve o maior crescimento em 12 meses do rendimento médio real foram os empregados por conta própria (0,1%). Os demais apresentaram taxa de crescimento negativa: pessoas ocupadas (-2,3%), trabalhadores com carteira assinada (-3,4%), e os sem carteira assinada (-6,0%) e setor público (-0,4%).

Na Tabela 4, é possível verificar a tendência de crescimento de cada categoria de ocupação no período de 2010 a 2015. Ao compararmos o ano de 2010 com o de 2015 nota-se uma queda do rendimento médio dos salários. Apenas o setor privado com carteira assinada, que apresentou uma redução de -0,3%, em 2010, passou para 0,1% em 2015.

TABELA 4 – RENDIMENTO MÉDIO REAL DE OCUPAÇÕES E VARIAÇÃO DO CRESCIMENTO ANUAL, NO PERÍODO DE JULHO DE 2010 A JULHO DE 2015

CATEGORIAS DE OCUPAÇÕES	2010	2011	2012	2013	2014	2015
PESSOAS OCUPADAS	R\$ 2.035,02	R\$ 2.071,29	R\$ 2.136,35	R\$ 2.187,21	R\$ 2.223,87	R\$ 2.170,70
CRESCIMENTO (%)	5,0%	4,0%	0,9%	1,5%	2,5%	-2,3%
CONTA PRÓPRIA	R\$ 1.678,32	R\$ 1.696,40	R\$ 1.845,21	R\$ 1.866,95	R\$ 1.896,40	R\$ 1.899,30
CRESCIMENTO (%)	2,0%	3,3%	6,4%	-0,7%	3,5%	0,1%
SETOR PRIVADO COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	R\$ 1.895,34	R\$ 1.917,77	R\$ 1.973,43	R\$ 2.015,44	R\$ 2.038,82	R\$ 1.969,10
CRESCIMENTO (%)	2,2%	2,5%	1,5%	2,1%	1,1%	-3,4%
SETOR PRIVADO SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	R\$ 1.488,19	R\$ 1.561,64	R\$ 1.551,46	R\$ 1.600,04	R\$ 1.633,59	R\$ 1.535,60
CRESCIMENTO (%)	16,9%	12,2%	-7,1%	3,6%	1,6%	-6,0%
SETOR PÚBLICO	R\$ 3.271,59	R\$ 3.300,69	R\$ 3.328,27	R\$ 3.404,50	R\$ 3.583,97	R\$ 3.568,30
CRESCIMENTO (%)	5,0%	1,9%	-0,2%	1,5%	6,0%	0,4%

Fonte: Pesquisa Mensal do Emprego/IBGE.

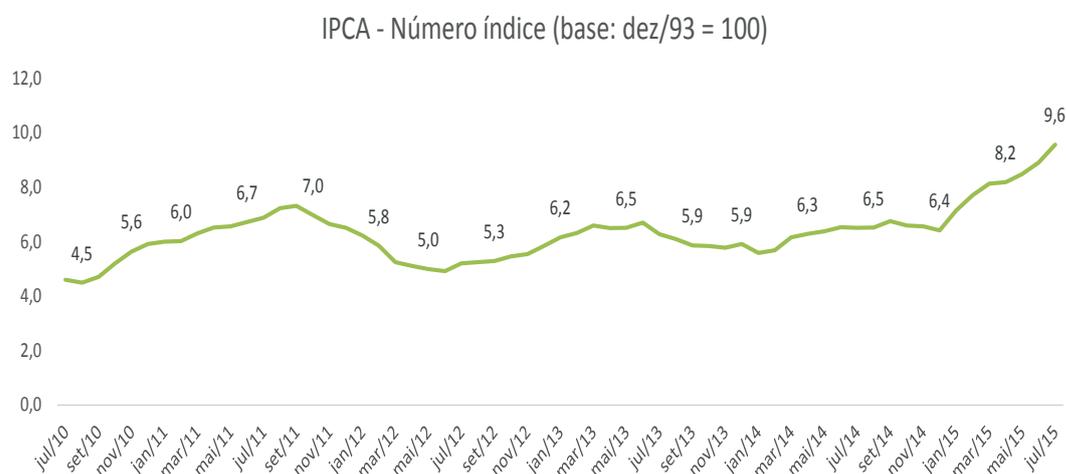
INFLAÇÃO

O IPCA, que mede a inflação oficial do Brasil, teve variação em 12 meses em julho/2015 de 9,6%, patamar acima dos 6,5% de julho/2014. Observa-se uma tendência de aumento da inflação desde dezembro de 2014 quando a taxa foi de 6,4%. Segundo o IBGE, o preço da energia elétrica foi o principal fator para o aumento

no cálculo mensal, em julho/2015, com taxa mensal de 4,1%. A variação mensal do IPCA foi de 0,7%, pela segunda vez consecutiva.

O índice de difusão do IPCA apresentou uma queda entre Jan/2015 e Julho/2015, passando de 68,9% para 65,6%, o que indica uma queda do número de itens que compõem o IPCA que sofreram aumento de preço.

GRÁFICO 4: IEVOLUÇÃO DA VARIAÇÃO DO IPCA EM 12 MESES



Fonte: IBGE

CÂMBIO

No segundo trimestre de 2015, o real apresentou desvalorização frente ao dólar e a taxa de câmbio, que iniciou em R\$ 2,69 em janeiro de 2015 e alcançou o valor de R\$3,6 em abril de 2015 (Gráfico 5). O câmbio deve ser avaliado com cuidado, pois constitui uma fonte de inflação, por causar aumento dos preços dos produtos importados.

GRÁFICO 5: TAXA DE CÂMBIO REAL POR DÓLAR (PTAX VENDA), JAN/14 A JUL/15, REFERENTE AO ÚLTIMO DIA DO MÊS



Fonte: Banco Central.

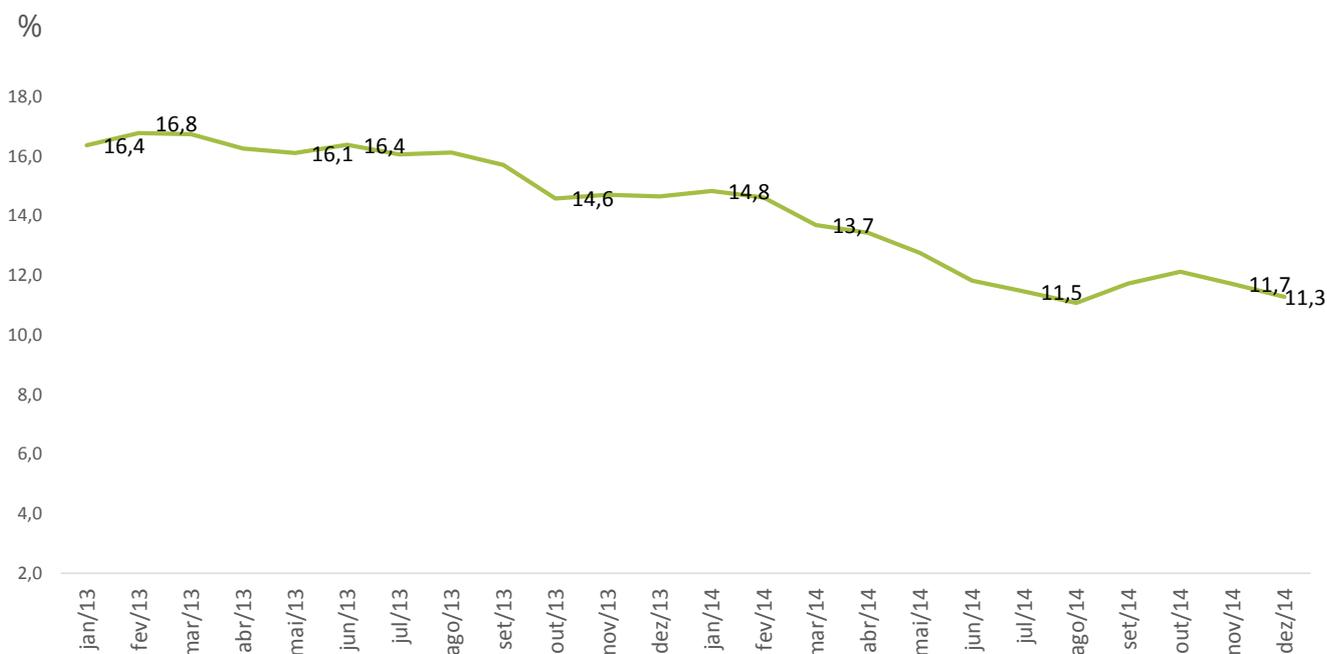
MERCADO DE JUROS E CRÉDITO

O Comitê de Política Monetária, em sua quinta reunião de 2015 (julho/2015), decidiu elevar a taxa Selic para 14,25% ao ano, um aumento de 0,5 ponto percentual. Nessa reunião, o Copom avaliou que as atuais pressões inflacionárias presentes na economia – a exemplo o aumento da gasolina, assim como os preços da energia elétrica – tendem a pressionar o aumento da inflação. Por esse motivo foi realizado o ajuste da política monetária, para tentar direcionar a inflação para a meta definida pelo governo (4,5%).

A taxa de juros anual média para empréstimos para as pessoas físicas atingiu 59,4% em julho de 2015, após elevação de 1,1 p.p. em relação a junho de 2015. Para empréstimos às empresas, a taxa de juros média subiu 0,4 p.p. no mesmo período, situando-se em 27,92%.

O total de crédito do sistema financeiro, considerando as operações com recursos livres e direcionados, alcançou R\$3,0 bilhões em dez/2014, acumulando expansão de 11,3% em 12 meses, comparativamente a 14,7% em dez/2013 (Gráfico 6). A relação crédito/PIB atingiu 58,98% em dez/2014, ante 56,5% em dez/2013.

GRÁFICO 6: VARIAÇÃO EM 12 MESES DO TOTAL DE CRÉDITO DISPONIBILIZADO PARA O SETOR PÚBLICO E O SETOR PRIVADO, JAN/13 A DEZ/14.



Fonte: Banco Central.



INSTITUTO DE ESTUDOS DE SAÚDE SUPLEMENTAR

SAÚDE SUPLEMENTAR EM NÚMEROS

Os últimos dados disponíveis para o setor de saúde suplementar foram os divulgados em Junho de 2015 (com data-base março de 2015), já analisados na 2ª Edição da Saúde Suplementar em Números, disponível em: www.iess.org.br

EQUIPE

Luiz Augusto Carneiro

Superintendente Executivo

Amanda Reis A. Silva

Pesquisadora

Natalia Lara

Pesquisadora

Elene Nardi

Pesquisadora

Bruno Minami

Pesquisador

REFERÊNCIAS

• IBGE:

Banco de Dados Agregados—Sidra

Contas Nacionais Trimestrais

Pesquisa Mensal do Emprego—PME

• Banco Central do Brasil:

Sistema Gerenciador de Séries Temporais—SGS

Boletim Focus

• Ministério do Trabalho e Emprego — MTE:

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados—Caged

Relação Anual de Informações Anuais — RAIS

IESS
Rua Joaquim Floriano 1052, conj. 42
CEP 04534 004, Itaim, São Paulo, SP
Tel (11) 3706.9747
contato@iess.org.br